



CAPÍTULO 2

2.1 Projeto Socioambiental

Conforme se demonstrou no capítulo anterior, o município de Guarujá apresenta, no contexto do Estado e da Baixada Santista, problemas de gravidade, envolvendo aspectos sociais e ambientais. Tais questões acabam alcançando diretamente a comunidade e os setores que lhe emprestam a possibilidade de se desenvolver econômica e socialmente.

Alguns desses setores têm a noção de que, melhorando o arranjo social com projetos que permitam a criação de postos de trabalho, moradia digna aos habitantes e respeito ao ambiente natural e artificial, se estimulará o desenvolvimento sustentável da cidade. O resultado direto é a melhora da qualidade de vida dos habitantes fixos e dos turistas, que são recepcionados pela vocação balneária do município.

Nesse contexto, foi concebida a idéia de se trabalhar com um projeto de revitalização do município de Guarujá, através de ações, envolvendo o Poder Público e a parceria com a iniciativa privada, através, inicialmente, de um diagnóstico, e o contato com as partes a serem envolvidas, para se atingir os objetivos pretendidos através de áreas piloto.

Necessário esclarecer que a idealização desse procedimento remonta ao mês de novembro de 2007 e que os contatos e as ações direcionadas se desenvolveram ao longo do ano de 2008.

2.2 Áreas-piloto para implantação do projeto

Nas análises preliminares, verificou-se que o município de Guarujá apresenta gigantescos contrastes socioambientais, onde significativas áreas de interesse ambiental estão ocupadas, quer clandestinamente por assentamentos humanos, fruto de invasões consolidadas ou não, quer pela ocupação legal de empreendimentos imobiliários nos diferentes locais da cidade, ou mesmo, por atividades industriais e portuárias, em regiões de manguezais, restingas e eco sistemas associados ao bioma Mata Atlântica.

Torna-se evidente que não existe forma de atacar todos os problemas indistintamente e ao mesmo tempo e que, portanto, uma área piloto deveria ser eleita para o foco das eventuais primeiras intervenções, que, bem sucedidas, podem servir de modelo e ser transportadas a outras regiões.

Nesse aspecto, após se discutir acerca da conveniência da região a ser escolhida, optou-se por buscar desenvolver um projeto de interesse socioambiental, na área abrangida pela praia da Enseada, entendida nesse aspecto, à faixa compreendida do mar até as encostas do maciço, onde se acomoda a população, bem como, onde circula e desenvolve suas atividades.

A escolha dessa região se efetivou considerados os aspectos geográficos, sociais e ambientais, tendo em vista que, na região, existe intensa ocupação imobiliária legal, grande ocupação ilegal de encostas que ocasiona desmatamento de Mata Atlântica. Há gravíssimos riscos potenciais de escorregamentos, que podem gerar a perda de vidas e desarranjos sociais significativos pela criação de favelas, que possibilitam a existência de formas inadequadas de vida com qualidade para as pessoas. O agravamento de condições inadequadas de saneamento funciona como vetores de doenças sobrecarregando a rede pública de saúde, além de fazer com que essa ausência de saneamento reflita na balneabilidade da praia, com resultados diretos à economia e ao turismo.

Outro aspecto socialmente relevante está voltado à segurança pública, uma vez que essa região tornou-se uma das mais críticas e de maior atenção da segurança pública. Existe facilidade de acomodação de marginais nesses assentamentos, que se utilizam das encostas para observação da atividade comercial e se homiziar, após o cometimento de crimes. Em uma área propícia, como a praia da Enseada, pelo grande fluxo de turistas e por milhares de residências de habitantes e visitantes de alto poder aquisitivo foi considerado que um projeto específico seria adequado.

A escolha dessa área como piloto também foi considerada por se entender que existe nela condições adequadas de se empreender projetos sociais e ambientais, através do apoio da universidade que está nessa região e já desenvolve trabalhos nesse sentido.

2.3 Projeto socioambiental através da construção de quartéis da PM

A realização de projetos socioambientais, como acontece com outros tipos de projetos, sempre caminha razoavelmente, em sua fase de planejamento, uma vez que, nessa fase, se lida com idéias e diagnósticos. Porém, a grande dificuldade reside na efetiva implantação, face à necessidade de adequar e racionalizar os meios humanos e materiais, que nem sempre estão disponíveis na forma e quantidade necessárias.

O projeto em questão passou a considerar como factível o aproveitamento de um fato ocorrendo na cidade e na região da Enseada, que era a construção prevista de um quartel da Polícia Ambiental, em um terreno ao lado do empreendimento Granville.

Referido imóvel é objeto de compensação e a empresa Sobloco, em referido processo se dispôs, no ajuste, a construir um quartel da Polícia Ambiental, com aproximadamente 2.500 m² de área construída.

O quartel estava programado para abrigar a sede do 3º Batalhão de Polícia Ambiental, de onde coordena-se todas as ações preventivas e repressivas de proteção ambiental, no litoral do Estado, Vale do ribeira e Vale do Paraíba.

Nesse diapasão, houve contato com a Instituição, no sentido da mesma desenvolver através desse quartel, parcerias de projetos socioambientais, das quais a Instituição possui vasta experiência, particularmente, nas questões de educação ambiental.

A intermediação deste relator no processo caminhou bastante e a Instituição Polícia Ambiental, no ano de 2008, passou a fazer gestão, junto à Prefeitura Municipal de Guarujá, para implantação de referido quartel.

A intermediação entre a prefeitura Municipal e a Polícia Ambiental tornou-se imperativa, tendo em vista que o ajuste da Empresa Sobloco com a Prefeitura Municipal era decorrente de obrigações entre as partes, tendo como beneficiária a Polícia Ambiental, que edificaria, em uma área institucional da Prefeitura.

Nessas negociações houve a participação do comando do 3º Batalhão de Polícia Ambiental, do Prefeito Farid Madi e de sua assessoria de meio ambiente, bem como, da Empresa Sobloco e seus representantes.

A área objeto da construção é ladeada, na sua face direita, por residências de loteamento de alto padrão, porém, na sua face esquerda, de uma favela, que invade espaços de forma totalmente aleatória, com gravíssimos prejuízos ao meio ambiente.

Há que se esclarecer que o local em questão, ainda que bastante deteriorado pelas invasões e circulação de pessoas, possui remanescentes de vegetação nativa, o que motivou o pedido de licenciamento à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e se encontra em análise até os dias atuais.

Durante o trâmite dessas negociações, houve contato entre o Comandante da Polícia Ambiental, Coronel Ronaldo Severo Ramos, e o Comandante do Policiamento ostensivo na Região da Baixada Santista, Coronel Orlando Eduardo Geraldi, e aventou-se a possibilidade de ocorrer, no mesmo local onde seria implantada a Polícia Ambiental, também a sede do Batalhão da Polícia Militar responsável pelo policiamento ostensivo da cidade de Guarujá.

Tal idéia ganhou força porque o espaço físico no terreno permitia tal implantação e houve concordância da Empresa Sobloco em dividir a construção por duas unidades distintas de prestação de serviços.

Foi decisivo e fundamental nesse processo o espírito público do Coronel Ronaldo Severo Ramos, da Polícia Ambiental, que se dispôs a ceder parte do terreno e da área construída para o policiamento ostensivo, criando, por consequência, uma central de atendimento para os dois serviços.

Nessa intermediação os comandantes se dispuseram a nessas instalações desenvolverem programas socioambientais, de conscientização e educação ambiental, através da Polícia Ambiental e, de combate à violência e afastamento do uso de drogas, pela polícia ostensiva. Para essa implantação de projetos socioambientais utilizar-se-ia mecanismos que as instituições já possuem na área de educação ambiental e no Programa de Resistência ao Uso de Drogas e Violência – PROERD.

Após várias reuniões e todos os detalhes ajustados entre as partes, como já foi dito, aguarda-se pela manifestação da Secretaria de Meio Ambiente, para que, na área em questão, seja efetivada pela Sobloco, a construções dos quartéis, sem custas para o Estado e o Município, beneficiando a coletividade e as instituições envolvidas.

2.4 Participação da iniciativa privada

A participação do Poder Público nas questões sociais e a resolução de seus problemas é imperativa e prevista legalmente, porém, é por demais conhecida a fundamental participação da iniciativa privada, na resolução de problemas socioambientais. Empresas, organizações não governamentais – ONGs, e organizações sociais civis de interesse público – OSCIPs, proliferam suas ações com resultados expressivos.

Torna-se evidente que a participação da iniciativa privada para um projeto de revitalização socioambiental tem fundamental relevância. O presente projeto é intermediado pela OSCIP Lótus Ambiental e visa agregar, no momento da execução de programas específicos, empresas do setor privado. Elas podem se engajar e mais adiante, agregar às suas marcas, os positivos resultados das ações efetivas, que tragam juntamente com a proteção do meio ambiente, valores morais, culturais, estéticos, paisagísticos e, principalmente, de inclusão social.

A captação do apoio de tais empresas será viável em todas as áreas que apresentem interface socioambiental, que não necessariamente estejam inclusas nas áreas piloto, mas, sim, em qualquer local da cidade.

2.5 Participação da universidade

O Município de Guarujá, em sua longa existência, passou a ter estabelecimentos de ensino de nível superior apenas na última década. Atravessa um momento especial, onde florescem os cursos que podem capacitar, no nível superior e no nível tecnológico, os profissionais para atender as demandas da cidade e da região, com ênfase especial aos habitantes do Guarujá, que sempre se viram obrigados a migrar para outros locais, a fim de cursarem estudos de nível superior.

A partir da implantação da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP, no seu Campus do Guarujá, a comunidade guarujaense passou a ter um instrumento fundamental ao seu crescimento e muitos trabalhos começaram a ser feitos a partir da ciência e da pesquisa científica.

A Universidade, além da formação, passou ao longo dos anos a se relacionar diretamente com a comunidade, trazendo benefícios diretos à população pela implantação de projetos sociais, de atendimento fisioterápico, de apoio à Justiça, cedendo instalações para realizações de audiências de conciliação, presididas, em grande número, por profissionais da área do Direito.

Nesse contexto, funciona desde 2008, o curso superior de Tecnologia de Gestão Ambiental, de forte caráter humanista, e que busca capacitar profissionais para o desenvolvimento de projetos socioambientais, junto à iniciativa pública e privada.

Essa situação motivou uma reunião com a Professora Priscila Bonini, diretora do Campus, e ao se expor a intenção de projetos socioambientais para a cidade, com a parceria da UNAERP, ela de pronto aquiesceu à idéia e disponibilizou a Universidade e toda a estrutura existente para colaborar nos projetos e no desenvolvimento das ações.

Cabe esclarecer que este relator coordena atualmente o já citado Curso de Gestão Ambiental e pretende engajar os alunos em tais projetos, não só para atender obrigações curriculares, mas principalmente, para abrir as possibilidades de mercado de trabalho aos futuros profissionais de meio ambiente.

O presente relatório apresenta, no seu capítulo 4, uma pesquisa socioambiental, que teve como público pesquisado os visitantes do Programa de Informação Profissional 2008, levado a efeito em outubro/novembro de 2008, e cuja aplicação dos questionários já contou com alunos do Curso de Tecnologia de Gestão Ambiental.

2.6 Mudança do quadro político da cidade

Para o presente projeto, há que se considerar como fundamental, a participação da Administração Municipal, tendo em vista que a efetivação das ações deve recair e beneficiar diretamente os moradores da cidade que nela vivem e trabalham. Em um segundo momento, os beneficiários são os turistas e os que possuem segunda residência no Município, que também são beneficiários das intervenções a serem levadas a efeito.

Como foi citado, o início deste projeto e as ações envolvendo os órgãos públicos estaduais e municipais ocorreram nos anos de 2007 e 2008, na gestão do prefeito Farid Madi. No pleito de outubro de 2008, houve a vitória nas urnas da prefeita

Maria Antonieta de Brito, que iniciou sua gestão no dia 1º de janeiro de 2009, e que possui notícia do presente projeto, bem como, das tratativas em curso. Ela poderá imprimir seu direcionamento na área social e ambiental, recebendo deste relator as informações disponíveis da pesquisa socioambiental, elaborada pela Universidade, bem como, outros dados desse caráter, que possam auxiliar na sua administração.